



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 9. n. 2, jul./dez. 2017

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=contabil>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 04.08.2016. Revisado por pares em: 26.12.2016. Reformulado em: 22.02.2017. Avaliado pelo sistema double blind review.

### IDENTIFICAÇÃO DE NICHOS DE MERCADO A PARTIR DA ANÁLISE DO ORÇAMENTO FAMILIAR DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

### IDENTIFYING THE MARKET NICHE FROM A FAMILY BUDGET ANALYSIS IN LOW INCOME POPULATION

### LA IDENTIFICACIÓN DE GRUPOS DE MERCADO A PARTIR DEL ANÁLISIS DEL PRESUPUESTO DE LOS HOGARES DE LA POBLACIÓN POBRE

#### Autores

#### **Francisco Carlos Carvalho de Melo**

Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Professor Adjunto IV, Departamento de Economia da UERN. Endereço: Campus Universitário Central, Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, km 48, Bairro Costa e Silva - Mossoró/RN – Brasil – CEP: 59600-000. Telefone: (84) 3152200.

Identificadores (ID):

Google Citations: <https://scholar.google.com/citations?user=HEmQkTQAAAAJ>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5228128030430549>

E-mail: [fcarloscdemelo@uol.com.br](mailto:fcarloscdemelo@uol.com.br)

#### **José Anízio Rocha de Araújo**

Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFRSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH. Endereço: Av. Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró RN – Brasil. CEP: 59.625-900. Telefone: (84) 35312027.

Identificadores (ID):

Research Gate: [https://www.researchgate.net/profile/Jose\\_Araujo28](https://www.researchgate.net/profile/Jose_Araujo28)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6506256411614744>

E-mail: [anizioaraujo@gmail.com](mailto:anizioaraujo@gmail.com)

#### **Vicente Lima Crisóstomo**

Doutor em Economia Financeira pela Universidade de *Valladolid*/Espanha. Professor do Departamento de Ciências Contábeis/Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, FEAAC/UFC. Professor do Programa de Pós-Graduação de Administração e Controladoria da FEAAC/UFC. Endereço: Endereço: Av da Universidade, 2431 - CEP 60020-180 - Benfica - Fortaleza – CE. Brasil – Telefone: (85)

33667802.

Identificadores (ID):

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8593-0471>Research Gate: [https://www.researchgate.net/profile/Vicente\\_Crisostomo](https://www.researchgate.net/profile/Vicente_Crisostomo)Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8799551213988584>E-mail: [vlc@ufc.br](mailto:vlc@ufc.br)**Renato Zancan Marchetti***Docteur ès Sciences de Gestion pela École des Hautes Études Commerciales, HEC-Paris.*

Professor Titular do Programa de Doutorado e Mestrado em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Endereço: Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP: 80215-901 – Curitiba – PR. Brasil. Telefone: (41) 32711476.

Identificadores (ID):

Google Citations: <https://scholar.google.com/citations?user=ykIgod0AAAAJ&hl=pt-BR>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6071187454627011>E-mail: [renato.zancan@pucpr.br](mailto:renato.zancan@pucpr.br)**RESUMO**

A alocação da renda de uma família entre certos consumos é proposta como condicionada às limitações de recursos econômicos. Os gastos decorrentes dessas distribuições de renda formam o orçamento familiar. Este artigo realiza um estudo quantitativo descritivo com uso da análise de agrupamentos, com o objetivo de analisar o consumo de uma população de baixa renda, aglomerando as famílias em *clusters* de acordo com o orçamento familiar. O estudo é baseado em microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009), com recorte geográfico para a cidade de Fortaleza/CE, orientada para as classes C e D. Foi utilizado o método de agrupamento de Ward, tendo como critério para a retenção do número de *clusters* o R-quadrado, que indicou a formação de quatro *clusters*. As famílias de baixa renda apresentaram as seguintes despesas com alimentação e habitação: *cluster* 1 - 67,50%; *cluster* 2 - 66,7%; *cluster* 3 - 50,60% e *cluster* 4 - 43,30%. A renda total mensal dos *clusters* é respectivamente: R\$ 1.108,86; R\$1.486,57; R\$ 1.569,09 e R\$ 1.684,17; evidenciando que pequenas variações na renda condicionam níveis diferentes de gastos das famílias. Os *clusters* obtidos evidenciam a heterogeneidade dos grupos por faixa de renda, mostrando que as variações nas faixas de renda, mesmo pequenas, influenciam o comportamento de consumo.

**Palavras chaves:** Baixa renda. Orçamento familiar. Nichos de Mercado.

**ABSTRACT**

The allocation of the family incomes around some consumption items is proposed as linked to the limitations on money resources. The expenses stemming from these income distributions have framed family budgets. This paper provides a quantitative descriptive study using cluster analysis, with the purpose of evaluating the consumption of the low-income population, clustering the families according to their budgets. The study is based on micro data from the Consumer Expenditure Survey - POF (2008-2009), with geographic cutout in the city of Fortaleza/CE, guided to the classes C and D. Ward clustering method was used with the R<sup>2</sup> as the criteria for retaining the number of clusters, resulting in four clusters. Families with low income presented the following expenditure on food and housing: cluster 1 - 67.50%; cluster 2 - 66.7%; cluster 3 - 50.60% and cluster 4 - below 43.30%. The average monthly income of clusters is respectively: R\$ 1,108.86; R\$ 1,486.57; R\$ 1,569.09 and R\$ 1,684.17; showing that a small variance in their income influences families expenses. The resulting clusters show

the heterogeneity of family groups by income level and that variances in income levels affect family consumption behavior.

**Keywords:** Low income. Family Budget. Market niches

## RESUMEN

La asignación de los ingresos de una familia entre cierto consumo se propone como sujetos a las limitaciones de recursos económicos. Los gastos derivados de estas distribuciones de ingresos forman el presupuesto familiar. En este artículo se presenta un estudio cuantitativo descriptivo con el uso de análisis de conglomerados con el fin de evaluar el consumo de una población de bajos ingresos, el hacinamiento familias en grupos de acuerdo con el presupuesto familiar. El estudio se basa en los microdatos de la Encuesta de Presupuestos Familiares - POF (2008-2009), con el corte geográfico de la ciudad de Fortaleza/CE, direccionada a las clases C y D. Se utilizó el método de agrupación de Ward, con el R-cuadrado como criterio para retener el número de grupos, lo que ha indicado la formación de cuatro grupos. Las familias de bajos ingresos tienen los siguientes gastos con la alimentación y la vivienda: 1 - 67.50%; 2 - 66,7%; Grupo 3 - 50.60% y el grupo 4 - 43.30%. El ingreso mensual de los grupos son respectivamente: R\$ 1,108.86; R\$ 1,486.57; R\$ 1,569.09 y R\$ 1,684.17; lo que muestra que pequeños cambios en el ingreso afectan a los niveles de gasto de los hogares. Los grupos obtenidos muestran la heterogeneidad de los grupos de ingreso, que muestra que las variaciones en los niveles de ingresos, incluso pequeña, influyen en el comportamiento del consumidor.

**Palabras clave:** Bajos ingresos. Presupuesto familiar. Los grupos de mercado.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre orçamento familiar vêm atraindo cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Já 1857, o estatístico alemão Ernest Engel (1821 – 1896) publicou um estudo realizado com os orçamentos familiares de trabalhadores belgas, sobre as condições de produção e consumo, no qual formulou uma lei empírica que relaciona receita com gastos em alimentação (CALLEGARO, 1982). Desde então, surgiram diversos estudos com orçamentos familiares que extrapolam esta lei para outras relações de renda e gasto. Para Kirsten (1985), a “Lei de Engel”, que afirma a existência de uma relação entre os rendimentos das famílias e suas respectivas estruturas de consumo, pode ser resumida nas seguintes premissas: (a) na medida em que a renda cresce, decresce a proporção do dispêndio em alimentação sobre o dispêndio total; (b) vestuário e habitação mantêm-se aproximadamente constantes e, finalmente (c) a proporção do dispêndio total alocado em educação, recreação, e outros serviços, também cresce.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE realiza periodicamente estudos sobre orçamentos familiares. A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo IBGE, visa principalmente à mensuração das estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos partindo da variação patrimonial das famílias, o que possibilita traçar o perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e

rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços (IBGE, 2009). Ressalta-se que a existência de agrupamentos com comportamentos de gastos discrepantes da média das famílias justifica um tratamento diferenciado para cada segmento revelado por empresas e governos. Estudo sobre esta questão foi realizado por Silva, Parente e Kato (2009), envolvendo 338 famílias de baixa renda da cidade de São Paulo, utilizando dados da POF (2002-2003), nessa mesma linha destaca-se o estudo de Abreu, Hormeyll e Nogueira (2014) que explora os padrões de consumo da população de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro utilizando as POFs 2002-2003 e 2008-2009.

Este trabalho tem o propósito de analisar o consumo de uma população de baixa renda, aglomerando as famílias em *clusters* de acordo com o orçamento familiar. Desse modo o objetivo do trabalho é analisar o orçamento familiar relacionado ao consumo de uma população de baixa renda. Foi realizado um estudo quantitativo descritivo com uso de análise de agrupamentos em famílias das classes C e D, de acordo com a composição do orçamento familiar expressa nos microdados extraídos da POF (2008-2009).

O trabalho utiliza a última base de dados disponibilizada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares para a cidade de Fortaleza/CE. A escolha de uma metrópole localizada na região Nordeste é intencional, pretendendo-se, como isso, revelar a composição do consumo das famílias em uma região, em termos econômico e socioambiental. Castro e Magalhães (1998), ao realizar uma pesquisa sobre o recebimento e o dispêndio das famílias brasileiras, constataram que Fortaleza é a região metropolitana do Brasil com maior concentração de renda.

A introdução deste trabalho é seguida de um breve referencial teórico sobre consumidor de baixa renda e orçamento familiar. A seção 4 detalha a metodologia do estudo; a seção 5 apresenta e discute os resultados encontrados, ao passo que a seção 6 tece as considerações finais, apresentando as contribuições e limitações do estudo, além de possibilidades de novas pesquisas.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são abordados aspectos relacionados ao consumidor de baixa renda e o orçamento familiar no Brasil.

### 2.1 O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA

As organizações buscam posicionar-se e direcionar seus produtos para os diferentes consumidores. Um público desacreditado por muito tempo foi o dos consumidores de baixa renda. Estes têm seus desejos de compra e, segundo Silva (2004), estão revertendo o quadro e assegurando padrões mínimos de nutrição, moradia e vestuário para a grande maioria da população. Além disso, estes consumidores popularizam certos benefícios, como a propriedade do lar, a aquisição de bens duráveis, a realização de viagens e atividades recreativas e de entretenimento.

No Brasil, a participação das classes C, D e E, formada pelos consumidores de baixa renda, vem crescendo nos últimos anos, já representando três quartos do total da população brasileira. Somente a classe C representa 53% da população total, ou 101 milhões de pessoas (BACHA; STREHLAU; SCHAUN, 2011). A chamada Nova Classe Média movimentou R\$ 1,03 trilhão em 2011, de acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil.

Segundo Chauvel e Mattos (2008) apesar de responderem por 42% do consumo nacional brasileiro, as pesquisas acadêmicas e de mercado ignoraram o segmento de baixa renda durante décadas, dedicando-se quase predominantemente aos consumidores da classe-média (HILL, 2001; CASTILHOS, 2007). Porém, esse interesse por consumidores de baixa renda aumentou substancialmente nos últimos anos (SIQUEIRA, 2010). Isso acontece porque, muito embora a renda individual do consumidor dos segmentos mais pobres da população seja considerada baixa, este mercado tem potencial elevado, devido ao grande número de habitantes que compõem esses segmentos (HAMMOND; PRAHALAD, 2004; PRAHALAD, 2006).

O sucesso de algumas empresas que comercializam produtos destinados ao mercado de baixa renda é destacado no estudo de Hammond e Prahalad (2004) ao defender que vender para este segmento pode ser lucrativo, pois estes consumidores apresentam um nível de fidelidade e compromisso muito acentuado com o orçamento familiar, devido a uma maior conscientização de suas limitações financeiras. Prahalad (2006) ao incentivar o consumo na base da pirâmide por meio de princípios de livre mercado ou de livre escolha, assume um discurso hedonista, conforme classificado por Rocha (2005) e análise de HEMAIS; CASOTTI; ROCHA (2013).

Rocha (2005) classifica as ideologias do consumo como hedonista, moralista, naturalista e utilitária, para o qual o consumo pode ser explicado por uma delas, pela articulação de algumas ou por todas conjuntamente. A visão hedonista é a percepção do consumo mais óbvia e enraizada, construída pela mídia e o discurso publicitário; a visão moralista valoriza a lado da produção (sacrifício) e aponta para a condenação do consumismo (prazer que condena), visto como a raiz de todos os males; para a visão naturalista o consumo existe em razão da natureza, da biologia ou do espírito humano. O consumo é pensado como algo biologicamente necessário, naturalmente inscrito e universalmente experimentado; a ideologia utilitária, por sua vez, é predominante nos estudos de marketing e constitui uma área de pesquisa devotada ao consumo como uma questão prática de interesse empresarial.

O segmento de baixa renda compartilha diferentes influências. A dimensão racional da busca pela maximização da utilidade no momento de realizar despesas é observada no segmento de baixa renda, embora também sejam registrados desejos de níveis de consumo mais elevados, em termos de quantidade, qualidade e status (CHAUVEL; MATTOS, 2008).

De acordo com Hees (2010), o Índice de Potencial de Consumo (IPC Target) divulgado pelo Instituto Target de Marketing, que indica a modificação da participação das classes de baixa renda na composição do consumo nos anos de 2008 e 2009, apresentam as seguintes variações (Tabela 1):

**Tabela 1 - Índice de Potencial de Consumo (IPC Target) - 2008 e 2009**

Categorias de despesas	2008 (%)	2009 (%)
Alimentação no domicílio	46	49
Alimentação fora do domicílio	34	37
Bebidas	39	43
Vestuário	37	40
Limpeza	42	46
Higiene pessoal	39	42
Eletrodoméstico/equipamentos	38	41
Mobiliário/artigo para o lar	39	42

Fonte: Adaptado pelos autores de Hees (2010).

Conforme apresentado na Tabela 1, a participação das classes de baixa renda no consumo nacional é expressiva, tendo crescido entre os anos de 2008 e 2009, os mesmos anos de referência da Pesquisa de Orçamento Familiar considerada neste estudo.

Em termos de participação de cada um dos itens na composição geral do consumo nacional, tem-se que, em média, as necessidades de habitação participam com 35,9% na composição das despesas do orçamento familiar, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Distribuição de despesas de consumo familiar**

	ENDEF	POF	
	1974-1975*	2002-2003	2008-2009
Alimentação	33,9	20,8	19,8
Habitação	30,4	35,5	35,9
Transporte	11,2	18,4	19,6
Assistência à saúde	4,2	6,5	7,2
Educação	2,3	4,1	3,0
Outros	18,0	14,7	14,4

Nota: \*ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar. Fonte: IBGE

Na tabela 2 pode-se observar que desde o período da ENDEF 1974/75 até a última POF 2008/09 as categorias alimentação e habitação são as duas categorias responsáveis pela maior parcela do orçamento das famílias brasileiras. Destaca-se também a acentuada queda da alimentação neste período que foi de 14,1% e um crescimento de 5,5% na parcela de despesas referente a habitação. Na POF (2008-2009), as classes de baixa renda passaram a comprometer 24% da renda com alimentação, enquanto as classes com renda superior mantiverem o nível destas despesas em torno de 10 %.

Silva, Parente e Kato (2009) ressaltam que a segmentação do mercado de baixa renda vem sendo explorada por vários estudiosos, mas ressaltam que para atender ao segmento de consumidores de baixa renda, as empresas precisam entender sua realidade, suas necessidades e desenvolver estratégias específicas. O estudo realizado por esses autores identificou a existência de 5 agrupamentos de consumidores de baixa renda, arbitrariamente denominados de: sofreadores de aluguel (6%), jeitinheiro brasileiro (31%), valorização do ter (42%), batalhadores pela sobrevivência (19%) e investidores (2%). A segmentação de mercado contribui para ampliar a compreensão dos hábitos e do potencial de consumo de consumo e, por conseguinte, é uma ferramenta útil aos formuladores de estratégias de mercado.

## 2.2 O ORÇAMENTO FAMILIAR

Para a família, sua renda torna-se sua fonte de recursos, para poder usufruir ou não de padrões de consumo. Com isso, a distribuição de sua receita entre certos consumos e em quantidades determinadas está condicionada às suas limitações de recursos econômicos (PINTO et al., 1983). Os gastos decorrentes dessas distribuições de renda formam o orçamento familiar.

Nos Estados Unidos, a mensuração dos orçamentos familiares já remonta há mais de cem anos. Os orçamentos têm sido usados para desenvolver estimativas para avaliar as taxas de salários e examinar o padrão de vida. Normas orçamentárias e orçamentos iniciais da família foram baseados em duas metodologias diferentes: as decisões de especialistas foram concebidas para verificar quanto a renda de uma família pode exigir para alcançar determinado nível de vida, e as estimativas foram obtidas sobre o comportamento de compra real das famílias particulares.

O primeiro, o método prescritivo, era muitas vezes usado para determinar a quantidade "suficiente" para proporcionar um "padrão de saúde e decência" ou alguma outra medida do nível de vida. O segundo, o método descritivo, foi muitas vezes usado para descrever os gastos dos consumidores e determinar o custo de vida-índice. Tipos prescritivos e descritivos de orçamentos familiares foram construídos no *Bureau* de Estatísticas do Trabalho durante a maior parte da década de 1900 (JOHNSON *et al.*, 2001).

Os orçamentos são organizados pelos seus consumidores muitas vezes por categorias de despesas - por exemplo, entretenimento, vestuário, alimentação, etc. As oportunidades de consumo não podem ser antecipadas, as pessoas podem destinar muito dinheiro ou pouco para uma categoria específica. Sendo assim, duas partes fundamentais existentes no processo orçamentário são a organização do orçamento e o ajustamento das despesas que o extrapolam (HEATH; SOLL, 1996).

No entanto, em razão das oportunidades de consumo mudarem com o tempo, um orçamento definido previamente é insuficiente para alocar a quantidade exata de dinheiro para essas oportunidades. Heath e Soll (1996) afirmam que para um orçamento ser um mecanismo de autocontrole eficaz, deve ser ao menos um pouco inflexível, evitando que o consumidor redistribua seus recursos de maneira inadequada, e sua situação financeira seja completamente comprometida. Ao se permitirem realocar recursos quando surgirem as oportunidades de mudança, os consumidores poderiam facilmente maximizar sua satisfação com base em todas as oportunidades que o consumo realmente iria lhes proporcionar, mas poderiam estar comprometendo seus orçamentos familiares.

No Brasil, o IBGE realiza estudos sobre orçamentos familiares. A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF visa principalmente à mensuração das estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Com isso a POF possibilita traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa.

Outros temas fortemente relacionados à qualidade das condições de vida são destaque nas Pesquisas de Orçamentos Familiares, a exemplo da investigação subjetiva sobre a qualidade de vida das famílias e de um amplo conjunto de variáveis que é investigado para o desenho da avaliação do perfil nutricional da população residente no Brasil. Estudos oriundos dos microdados das POFs têm diversas abordagens e estão relacionadas às avaliações dos custos do setor privado.

As Pesquisas de Orçamentos Familiares dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender prioritariamente a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF (2002-2003) e a POF (2008-2009) dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas (IBGE, 2008).

A POF (2008-2009) é a quinta e mais recente pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF (1974-1975), com âmbito territorial nacional, à exceção das áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste; a POF (1987-1988); a POF (1995-1996) e a POF (2002-2003).

A Pesquisas de Orçamentos Familiares constitui um banco de dados muito expressivo, disponibilizado na forma de microdados, distribuídos em 7 conjuntos de informações, conforme apresentado no Quadro 1. Apesar de a POF coletar as despesas das famílias para períodos diferentes, esse estudo padronizou a temporalidade das despesas para um período de 30 dias.

**Quadro 1 - Seções da POF (2008-2009)**

POF 1 – Características do Domicílio e dos Moradores	Quadros 1 a 4
POF 2 - Questionário de Aquisição Coletiva	Quadros 5 a 19
POF 3 - Caderneta de Aquisição	Quadros 62 a 69
POF 4 - Questionário de Aquisição Individual	Quadros 21 a 51
POF 5 - Questionário de Trabalho e Rendimento Individual	Quadros 52 a 57
POF 6 – Avaliação das Condições de vida	Quadros 60 e 61
POF 7 – Bloco de Consumo Alimentar Pessoal	Quadros 70 a 72

Fonte: IBGE (2008).

Assim, dada a existência de novas demandas, além da realização da pesquisa em todo o território brasileiro, as POFs dessa década apresentam diferenças importantes em relação às anteriores. Em face da necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento, incluiu-se no âmbito das pesquisas a área rural e foram investigadas as aquisições não monetárias (IBGE, 2009). Castro e Magalhães (1998) destacam que as despesas com alimentos constituem o item mais importante do orçamento familiar. Coelho (2006) realizou um estudo com base na POF acerca da demanda por alimentos no Brasil, buscando determinar uma resposta no consumo de alimentos, nas alterações da renda e dos preços, observando que a probabilidade de aquisição de produtos básicos varia negativamente com a renda mensal familiar.

Para Silva (2004) a combinação ótima da renda disponível e dos preços dos itens é chamada de situação de equilíbrio. De acordo com esse autor, não ocorrendo variação nas bases de renda e preços, qualquer outra escolha de bens seria inadequada, uma vez que proporcionaria um bem-estar geral inferior. Os indivíduos variam essa situação de equilíbrio quer pela variação dos preços ou pelo aumento da renda. Silva (2004, p. 43) complementa que:

“a primeira situação, a variação de preços ante a renda mais ou menos constante, costuma provocar sérios apuros financeiros na família. Nesse caso, os indivíduos deveriam fazer uma análise cuidadosa de sua nova situação de equilíbrio. A segunda situação, o indivíduo dispor de mais recursos, pode levar à demanda de bens não existentes na situação de equilíbrio anterior, ou a aumentar a demanda daqueles antes requeridos muito limitadamente, devido à renda ser, então, inferior”.

Com isso, verifica-se que o nível de renda influencia a composição do orçamento, estabelecendo diversos nichos de mercado que devem ser conhecidos e explorados pelo marketing das organizações.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada tem caráter exploratório descritivo quanto aos seus objetivos, é quantitativa em relação aos procedimentos, tem temporalidade de observação e análise de dados em *cross-section*. Os dados utilizados são originários dos microdados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo IBGE para o período de 2008-2009, que representa o universo de 57.816.604 famílias brasileiras, a partir de uma amostra com 56.091 famílias.

O desenho da amostra é estruturado de modo a analisar as peculiaridades no padrão de consumo das unidades familiares no mercado de baixa renda no município de Fortaleza/CE. Ao realizar um delineamento atendendo ao aspecto geográfico do estudo para a faixa de renda familiar de dois a cinco salários mínimos a valores de 2008, ou seja, de R\$ 830,00 a R\$ 2.075,00, que compõem a classe D e parte da classe C de renda.

A classe social A, com rendimentos acima de 20 salários mínimos (SM) representa 5,40% dos domicílios. A classe B (entre 10 a 20 SM) é constituída por 7,51%, enquanto as classes C e D representam, respectivamente, 26,53% e 35,21% dos domicílios. A classe E representa a população situada na base da pirâmide social, abrangendo desde as pessoas que não têm rendimentos até as que ganham dois salários mínimos, e constitui 25,35% dos domicílios. Percebe-se ainda que 61,74% dos domicílios pesquisados pela POF, participam das classes C e D, conforme demonstrado na Tabela 3.

**Tabela 3 - Composição das Classes Sociais em Fortaleza/CE, (2008-2009)**

CLASSE SOCIAL	SALÁRIO MÍNIMO	FAIXA	FAMÍLIAS		DOMICÍLIOS	
			Quant.	(%)	Quant.	(%)
A	(+20 SM)	8.300,01	23	5,13	23	5,40
B	(+ 10 A 20 SM)	4.150,01 A 8.300,00	32	7,14	32	7,51
C	(+ 4 A 10 SM)	1660,01 A 4.150,00	120	26,79	113	26,53
D	(+ 2 A 4 SM)	831,01 A 1660,00	165	36,83	150	35,21
E	(0 A 2 SM)	0 A 830,00	108	24,11	108	25,35
TOTAL			448	100	426	100,00

Nota: valores expressos em Real (R\$)

Fonte: IBGE/POF (2008-2009).

Os microdados da POF (2008-2009) disponibilizaram 191 unidades domiciliares (150 delas participantes da Classe D e as demais da Classe C), posteriormente reduzidos para um total de 160 observações válidas após a realização da análise exploratória dos dados, que indicou a retirada de 31 *missing values* e *outliers*.

A análise de dados foi realizada com o propósito de dividir um grande grupo de observações em grupos menores, para que as observações dentro de cada um deles fossem relativamente similares, do mesmo modo que as observações em diferentes grupos sejam relativamente dissimilares, o que sugere o uso da técnica de análise de agrupamentos. Desse modo teremos agrupamentos com alta homogeneidade interna (*within-cluster*) e alta heterogeneidade externa (*between-cluster*) (HAIR JR. *et al.*, 2009).

A análise de agrupamentos ou *clusters* é uma técnica exploratória de análise multivariada que permite agrupar sujeitos ou variáveis em grupos homogêneos relativamente a uma ou mais características comuns (MARÔCO, 2011). A identificação destes agrupamentos naturais de sujeitos e variáveis é feita por meio das medidas de distância, consideradas medidas de dissimilaridade, pois quanto maiores os valores, menor é a semelhança entre os objetos e vice-versa (FÁVERO *et al.*, 2009).

Para um conjunto de dados constituído de  $n$  elementos amostrais, medindo  $p$  variáveis aleatórias em cada um deles, o objetivo é agrupar esses elementos em  $g$  grupos. Desse modo cada elemento amostral  $j$  está associado a um vetor de medidas  $X_j$  dado por:

$$X_j = [X_{1j} \quad X_{2j} \quad \dots \quad X_{ij}]', \quad j = 1, 2, \dots, n$$

onde  $X_{ij}$  representa o valor observado da variável  $i$  medida no elemento  $j$  (MINGOT 2007).

O presente estudo utilizou a distância euclidiana quadrada que é a soma dos quadrados das diferenças sem calcular a raiz quadrada. Segundo Hair Jr. et al. (2009), esta distância é recomendada para o método de agrupamento de Ward, que utiliza a soma dos quadrados dentro dos agrupamentos feita sobre todas as variáveis.

Para a retenção do número de *clusters*, foi utilizado o critério do R-quadrado ( $R^2$ ), descrito por Marôco (2011, p. 551), que é uma medida de quão diferente cada grupo de *clusters* é em cada passo do algoritmo. O R-quadrado é dado pela razão entre a Soma dos Quadrados do Fator na ANOVA *one-way* (SQC) e a soma dos quadrados totais na ANOVA *one-way* (SQT), para cada uma das variáveis usadas na análise.

$$R^2 = \frac{SQC}{SQT} = \frac{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^k n_{ij} (\bar{X}_{ij} - \bar{X}_i)^2}{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^k \sum_{l=1}^{m_i} (X_{ijl} - \bar{X})^2}$$

Segundo Marôco (2011), descrito dessa forma, esse critério é uma medida da porcentagem da variabilidade total que é retida em cada uma das soluções dos *clusters*, permitindo assim encontrar um número mínimo de *clusters* que retenha uma porcentagem significativa da variabilidade total.

Ao determinar a quantidade de *clusters* com o critério do  $R^2$ , este é utilizado para a utilização do método não-hierárquico, *k-means clusters*, que consiste na transferência de um indivíduo para o *cluster* cujo centróide se encontra a uma menor distância (HAIR Jr. et al., 2009).

O presente estudo utilizou o pacote estatístico do programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 21.0 (SPSS, Inc, Chicargo, IL, EUA).

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos *clusters* sobre as distâncias euclidianas quadradas utilizando o método de ward foi realizada para 4 *clusters* que, de acordo com critério do  $R^2$ , explicam 65,55% da variância total.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva em relação ao conjunto da amostra, dos 160 domicílios utilizados, cujos dados foram inicialmente agrupados para formar as 10 variáveis, equivalentes aos grupos de despesas constantes citados na apresentação e na análise dos resultados.

**Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis**

Variável	Mín. - Máx.	Média ± D.P.	Mediana	Assimetria	Curtose
Alimentação	37,84 - 1196,39	342,06 ± 232,34	280,02	1,380	1,931
Habitação	17,92 - 435,28	117,36 ± 82,71	96,57	1,469	2,051
Saúde	0,00 - 330,20	39,85 ± 58,45	19,25	2,598	7,708
Educação e Cultura	0,00 - 125,11	12,68 ± 23,88	1,04	2,680	7,496
Transporte	0,00 - 332,50	67,28 ± 70,81	42	1,481	1,670
Higiene pessoal	0,00 - 225,67	42,17 ± 46,98	27,33	1,661	2,681
Vestuário	0,00 - 283,67	59,52 ± 63,37	38,17	1,561	2,011
Lazer e viagens	0,00 - 333,67	34,6 ± 39,88	25	3,626	21,575
Aumento do ativo	0,00 - 250,00	19,75 ± 44,74	0	2,924	8,789
Outras despesas	0,00 - 112,67	13,64 ± 24,50	0,5	2,124	3,811
Renda total mensal	830,00 - 2075,00	1276,74 ± 348,58	1195,14	0,638	-0,688

Fonte: elaborada pelos autores com microdados da POF (2008-2009)

As categorias que indicam a composição dos orçamentos familiares, com seus respectivos agrupamentos e percentuais de participação, estão apresentadas na Tabela 5, na qual está indicada a formação de quatro agrupamentos.

**Tabela 5 - Categorias de composição dos orçamentos familiares**

Variável	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Alimentação	50,0%	51,0%	37,4%	30,2%
Habitação	17,5%	15,7%	13,2%	13,1%
Vestuário	6,3%	3,8%	12,7%	13,5%
Transporte	7,3%	3,9%	14,8%	13,6%
Higiene Pessoal	5,4%	2,8%	7,7%	8,4%
Saúde	4,3%	9,3%	4,1%	3,6%
Educação e Cultura	0,9%	4,1%	1,3%	0,8%
Lazer e Viagens	4,6%	3,7%	4,0%	14,1%
Outras Despesas Correntes	1,2%	2,3%	2,2%	2,6%
Aumento Ativo	2,4%	3,5%	2,7%	0,0%
Renda total mensal	R\$ 1.108,86	R\$ 1.486,57	R\$ 1.569,09	R\$ 1.684,17
Nº de moradores por domicílio	3,4	3,9	3,7	5,3
Nº de unidades familiares	100	27	30	3

Fonte: Elaborada pelos autores com microdados da POF (2008-2009).

O *cluster 1* é formado por 100 domicílios, com renda mediana igual a R\$1.108,86. Esses domicílios, construídos em alvenaria e com acesso a infraestrutura básica de água, luz e banheiros, têm uma média de 3,4 moradores. Os moradores desses domicílios assumem uma despesa maior com alimentação (50,0%), seguido pelas despesas com habitação (17,5%) e transporte (7,3%). Esse agrupamento, que apresenta o maior número dos casos estudados, define bem o comportamento dos gastos das famílias de baixa renda, que costumam comprometer a maior parte de suas despesas nessas áreas. É presumível imaginar que, nessa faixa de renda, as famílias evitem o ensino privado, o que pode explicar o a média de gasto com educação 0,9%, devido, provavelmente, ao acesso ao ensino público e gratuito, o que se repete, com algumas variações, nos demais clusters.

O *cluster 2* é formado por 27 domicílios, com renda mediana mensal igual a R\$ 1.486,57. Os domicílios têm uma média de 3,9 moradores e boa infraestrutura básica. Esse agrupamento segue a mesma característica do *cluster 1* em relação às despesas com alimentação e habitação, com pequena variação para este último setor. A característica marcante das despesas desse agrupamento é a participação das despesas nos setores de saúde, educação e cultura. Registre-se ainda que este agrupamento apresenta os maiores dispêndios com outras despesas correntes, que incluem serviços bancários, encargos financeiros, despesas com advogados, entre outros. Além disso, este é o agrupamento que apresenta maior participação do aumento de ativos (3,5%).

O setor de ativos é formado pelas despesas realizadas com a construção e reforma de habitações, aquisições de imóveis, veículos e depósitos/aplicação de ativos financeiros. A realização de investimentos não parece ser muito forte, haja vista que 67,5% dos domicílios pesquisados não informaram a realização de qualquer tipo de investimento.

Os *clusters 1* e *2* apresentam em sua composição do orçamento familiar gastos referentes a alimentação de 50% e 51%, respectivamente, para famílias de baixa renda. Esses

resultados estão alinhados com os encontrados por Castro e Magalhães (1998) que utilizam as POFs 87/88 e 95/96, observando a elevada concentração de gastos com alimentação nas famílias de baixa renda (com até 2 salários mínimos) no município de Fortaleza, chegando a 50,9% do total dos rendimentos, quando comparados a média nacional que é de 30,7%. Os resultados das Pesquisas de Orçamentos Familiares, 2002-2003 e 2008-2009, apresentam uma média de gastos com alimentação de 20,8% e 19,8%, respectivamente, evidenciando-se que a participação média do gasto com alimentação no orçamento das famílias de baixa renda em Fortaleza não acompanhou o decréscimo registrado na média brasileira. Ao evidenciarem a existência de insuficiência no consumo alimentar domiciliar no Brasil, Silveira, Menezes, Magalhães e Diniz (2007), verificaram a sua concentração nas famílias de baixa renda, em que as despesas com alimentação respondem pela maior parcela do orçamento.

O *cluster* 3, que é composto por 30 domicílios que apresentam uma renda mediana mensal igual a R\$ 1.569,09, tem média de 3,7 moradores. Esse agrupamento apresenta uma boa distribuição entre os setores de despesas, com destaque para a participação nas despesas dos setores de transporte (14,8%) e vestuário (12,7%), sendo importante seu dispêndio no setor de ativos (2,7%).

O *cluster* 4 é formado por apenas 3 domicílios, que apresentam mediana mensal da renda igual a R\$ 1.684,17. O reduzido número de domicílios que compõem esse agrupamento compromete sua participação na distribuição das despesas dentro de cada setor. No entanto, é possível perceber que, entre os setores de despesas, esse agrupamento apresenta a menor despesa com alimentação, o que é coerente com a teoria. As famílias que compõem essa faixa de renda apresentam uma distribuição de despesas mais homogênea entre as variáveis observadas. Nesse grupo, registra-se os maiores dispêndios no setor de lazer e viagens (14,1%), vestuário (13,5%) e Higiene Pessoal (8,4%), com distribuição equitativa nos setores de habitação, vestuário e transportes. É curioso observar, contudo, que a amostra, não apresentou para esse agrupamento, a realização de maiores dispêndios no setor de investimentos, como seria esperado.

Ao agrupar as famílias de baixa renda em 4 *clusters* é possível observar-se que as duas principais categorias de composição do orçamento familiar, que são a alimentação e habitação, apresentam para maiores níveis de renda menores proporções destinadas ao consumo, resultado alinhado aos encontrados por Leite (2015) e Abreu, Hor-Meyll e Nogueira (2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou a possível associação entre nível de renda das famílias e seus hábitos de consumo com base em dados de rendas de família de baixa renda. A análise dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009) permitiu identificar variações das despesas entre esses quatro agrupamentos de famílias por faixa de renda. As variações nas faixas de renda, mesmo sendo pequenas, influenciam no comportamento das despesas das famílias. De maneira que é possível constatar que há diferenças no padrão de alocação dos gastos e que a influência da restrição orçamentária das famílias pode ocasionar reflexos no comportamento de consumo dos grupos. Setores de despesas como alimentação e habitação, por exemplo, são bastante sensíveis nas mais baixas faixas de renda nas quais se percebe um comprometimento maior com o nível de despesas.

A análise de *cluster* das despesas realizadas pelas famílias de uma amostra de domicílios localizados na cidade de Fortaleza/CE, permitiu a identificação de 4 agrupamentos distintos. Estes grupos apresentam uma faixa de renda de R\$ 830,40 a R\$ 2.069,00 e

pertencem às classes D e parte da C, que em âmbito nacional representam mais que 50% do consumo das famílias brasileiras.

De acordo com o levantamento da POF (2008-2009), as famílias de baixa renda na cidade de Fortaleza apresentaram as seguintes despesas com alimentação e habitação: *cluster 1* - 67,50%; *cluster 2* - 66,7%; *cluster 3* - 50,60% e *cluster 4* - 43,30%. Os *clusters 1* e *2* destinam, para esses itens de consumo, percentuais superiores à média nacional extraída da POF (2008-2009) que é de 55,7%, os *clusters 3* e *4* destinam percentuais abaixo da média nacional. A renda total mensal dos *clusters* é respectivamente: R\$ 1.108,86; R\$1.486,57; R\$ 1.569,09 e R\$ 1.684,17; mostrando que pequenas variações na renda condicionam as famílias a consumos diferentes. Alimentação e habitação são itens prioritários de consumo das famílias, estando de fato condicionados a limitações econômicas, como observado nos *clusters 2* e *3*.

A participação das despesas com alimentação nos quatro agrupamentos identificados indica que as famílias de baixa renda da cidade de Fortaleza estão destinando entre 30,2% e 51% de suas despesas para alimentação. Enquanto a média dos gastos com alimentação da família brasileira decresceu de acordo com a POF nas últimas três décadas, de 30,7% para 19,8%, a participação média desse no orçamento das famílias de baixa renda na cidade de Fortaleza permaneceu praticamente inalterado nos *clusters 1* e *2*, ou seja, 50% e 51%, respectivamente. Nos *clusters 3* e *4*, a média do gasto corresponde a 37,4% e 30,2%, respectivamente, também muito acima da média nacional e da média do consumo no segmento de baixa renda, igual a 24%, conforme registrado na POF 2008-2009.

Comparando o consumo dos *clusters 3* e *4*, em relação aos *clusters 1* e *2*, observa-se que, na medida em que a renda aumenta, cresce o dispêndio com vestuário, transporte, higiene, lazer e viagens e diminui os dispêndios com alimentação, saúde, educação e cultura. As famílias de baixa renda, que comprometem entre 30,02% e 51% de suas rendas com alimentação, também estão empregando importante parcela do seu orçamento com produtos e serviços que poderiam ser classificados como supérfluos, especialmente para esse nível de renda.

Enquanto a renda cresce dentro do segmento de baixa renda, aumenta a despesa com lazer e viagens, alcançando 14,1% no *cluster 4*, cujas famílias comprometem 38,06% do seu orçamento com vestuário, produtos de higiene e limpeza, lazer e viagens, dentre outras despesas correntes. Em todos os *clusters*, a despesa com aumento do ativo é baixa, ou inexistente, para o caso do *cluster 4*. As despesas com saúde e educação são baixas, o que talvez seja explicado pela possibilidade de acesso aos serviços públicos.

A análise do consumo das unidades familiares no mercado de baixa renda no município de Fortaleza/CE, com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009), não permite identificar em qual, ou quais, das ideologias classificadas por Rocha (2005), melhor se encaixam o consumo nesse estrato da população. No entanto, é possível questionar se a visão hedonista é a causa das famílias de baixa renda estarem diversificando o consumo do orçamento familiar e, possivelmente, elevando seu padrão de vida pelo consumo, ou se a ideologia moralista explica a modificação do perfil do consumo, por hábitos nocivos de consumistas.

A base de dados utilizada no estudo, a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, realizada pelo IBGE, é uma fonte de informações muito robusta, que permite o desenvolvimento de muitos estudos de interesse de várias áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Esse estudo tem como limitação a utilização de uma estreita faixa do perfil populacional, de maneira que os achados não podem ser generalizados. Contudo, são importantes para conhecimento das características regionais de renda e consumo das famílias

brasileiras, constituindo uma relevante informação para gestores que atuam tanto no setor privado como público.

A área de marketing/segmentação pode ser particularmente beneficiada por estudos dessa natureza, ao lançar luzes sobre eventuais padrões de consumo nas diferentes regiões geográficas brasileiras e diferentes perfis populacionais, subsidiando a formulação de estratégias no setor privado. De maneira que estudos futuros de segmentação que utilizem a POF como base de dados podem orientar o desenvolvimento econômico financeiro de empresas e mesmo de governos.

Para efeito de melhor compreensão da composição dos gastos das famílias brasileiras, recomenda-se a realização de novos estudos, que contemplem o aspecto comparativo de todas as classes sociais e demais regiões geográficas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L. G. DE; HOR-MEYLL, L. F.; NOGUEIRA, E. M. C. Consumo de Famílias de Baixa Renda no Rio de Janeiro : um Estudo de Segmentação Baseada no Orçamento Familiar. **Revista ADM.MADE**, p. 19–39, 2015.

BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I.; SCHAUN, A. Consumidor Consciente da Renda Baixa: Uma proposta de segmentação. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 67-82, set./dez. 2011.

CALLEGARO, C. A. A procura da generalização da “Lei de Engel”. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, vol. 17, N°1, jan-mar, 1982.

CASTILHOS, R. B. **Subindo o morro: consumo, posição social e distinção entre famílias de classes populares**. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, P. F. de; MAGALHÃES, L. C. G. de. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares - (POF) - 1995/1996. **IPEA. Texto para Discussão**, n. 614, p. 37, 1998.

COELHO, A. B. **A demanda de alimentos no Brasil, 2002/2003**. Tese de Doutorado. Doutorado em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.

CHAUVEL, M. A.; MATTOS, M. P. A. Z. Consumidores de Baixa Renda: Uma Revisão dos Achados de Estudos Feitos no Brasil. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 6, nº 2m Jun. 2008.

FÁVERO, P. L.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HAIR, J. F.; TATHAM, R. L.; ANDERSON, R. E.; BLACK, W. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 688p., 2009.

HAMMOND, A. L.; PRAHALAD, C. K. Selling to the poor. **Foreign Policy**. Issue 142, p.30, May/June 2004.

HEATH, C.; SOLL, J.k B. Mental budgeting and consumer decisions. **Journal of Consumer Research**. vol. 23; p. 40-52, June 1996.

HEES, J. **Hierarquia de metas na compra de alimentos contraste entre mulheres das classes de baixa e alta renda**. Tese de Doutorado. Doutorado em Administração, Escola de Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M.; ROCHA, E. P. G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, n.2, p.199-207, Abr. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902013000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902013000200007>.

HILL, R. P. Surviving in a material world: evidence from ethnographic consumer research on people in poverty. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.30, n.4, p.364-391, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2004 - PNAD**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 24/03/2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009 - Manual do Agente de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2008

JOHNSON, D. S.; ROGERS, J. M.; TAN, L. A century of family budgets in the United States. **Monthly Labor Review**. p. 28-45, May 2001.

KIRSTEN, J. T. **Custo de vida: metodologia de cálculo, problemas e aplicações**. São Paulo: Pioneira, 1985.

LEITE, F. P. Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 617–650, dez. 2015.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 5ª ed. Lisboa – Portugal, ReportNumber, 2011.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

PRAHALAD, C. K. **The fortune at the bottom of the pyramid: eradicating poverty through profits**. New Jersey: Pearson Education, 2006. Disponível em “<http://ptgmedia.pearsoncmg.com/images/9780137009275/samplepages/0137009275.pdf>” Acessado em 14 de fevereiro de 2017.

PINTO, A.; FREDES, C.; MARINHO, L. C. **Curso de economia - elementos de teoria econômica**. Rio de Janeiro: Unilivros, 1983.

ROCHA, E. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 2, n. 3, p. 123-138, 2005.

SILVA, H. M. R. **Análise do orçamento de uma amostra de famílias brasileiras: um estudo baseado na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, H. M. R.; PARENTE, J. G.; KATO, H. T. Segmentação da baixa renda baseado no orçamento familiar. **Revista da Administração FACES**. Journal, v. 8, n. 4, pp. 98-114, outubro-dicembre, 2009.

SILVEIRA, F. G.; MENEZES, T. A.; MAGALHÃES, L. C. G.; DINIZ, B. P. C. Elasticidade-renda dos produtos alimentares nas regiões metropolitanas brasileiras: uma aplicação da POF 1995/1996. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 37, n. 2, p. 329–352, 2007.

SIQUEIRA, R. **Baixa renda e estratégia**: compreendendo e superando hesitações dos consumidores de baixa renda no contexto de eletrodomésticos. Central de Cases da ESPM-RJ. Março, 2010. Disponível em:  
<<http://www.espm.br/Publicacoes/CentralDeCases/Documents/BAIXARENDA.pdf>>. Acesso em 29/06/2014.